



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 160,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

SUMÁRIO**Tribunal de Contas**

- Despacho n.º 26/18:**
Exonera Carlos Luís Miguel António do cargo de Contador Geral do Tribunal de Contas.
- Despacho n.º 27/18:**
Exonera Cristo António do cargo de Director-Adjunto do Gabinete do Juiz Conselheiro Presidente.
- Despacho n.º 28/18:**
Exonera Paulino Domingos de Sousa do cargo de Director dos Serviços Técnicos.
- Despacho n.º 29/18:**
Nomeia Walter José da Silva de Campos Pacheco para o cargo de Director do Gabinete da Juíza Conselheira Presidente.
- Despacho n.º 30/18:**
Nomeia Edna Chaves Rodrigues para o cargo de Directora-Adjunta do Gabinete da Juíza Conselheira Presidente.
- Despacho n.º 31/18:**
Nomeia José Kaimba Miguel para o cargo de Director dos Serviços Técnicos deste Tribunal.
- Despacho n.º 32/18:**
Nomeia Manuel João da Costa Cangombe para o cargo de Director dos Serviços Administrativos deste Tribunal.
- Despacho n.º 33/18:**
Nomeia Vanélia Cecília Barroso Venâncio de Almeida para o cargo de Secretária da Juíza Conselheira Presidente.

**Ministérios do Interior,
do Comércio e dos Transportes**

- Decreto Executivo Conjunto n.º 255/18:**
Proíbe o exercício de venda de peças sobressalentes de veículos automóveis e motorizadas fora dos estabelecimentos comerciais autorizados.

Ministério da Agricultura e Florestas

- Decreto Executivo n.º 256/18:**
Aprova o Regimento Interno do Conselho de Direcção deste Ministério.

Banco Nacional de Angola

- Aviso n.º 5/18:**
Estabelece as regras e os procedimentos a observar na realização de operações cambiais destinadas à liquidação de importações e exportações de mercadoria na República de Angola. — Revoga toda a regulamentação que contrarie o disposto no presente Aviso, nomeadamente, o Aviso n.º 19/12, de 25 de Abril, o Aviso n.º 3/14, de 12 de Agosto, o Aviso n.º 4/17, de 28 de Junho e o Instrutivo não publicado em *Diário da República* n.º 4/17, de 27 de Março.

TRIBUNAL DE CONTAS**Despacho n.º 26/18
de 17 de Julho**

Usando da competência que me é conferida pela alínea c) do artigo 36.º da Lei n.º 13/10, de 9 de Julho, Lei Orgânica e do Processo do Tribunal de Contas, determino:

Por conveniência de serviço público, é Carlos Luís Miguel António exonerado do cargo de Contador Geral do Tribunal de Contas, para o qual havia sido nomeado, em comissão de serviço, por Despacho Interno n.º 0041/GPTC/09, de 9 de Julho.

Este Despacho entra em vigor a partir desta data.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Julho de 2018.

A Juíza Conselheira Presidente, *Exalquina Gambôa*.

**Despacho n.º 27/18
de 17 de Julho**

Usando da competência que me é conferida pela alínea c) do artigo 36.º da Lei n.º 13/10, de 9 de Julho, Lei Orgânica e do Processo do Tribunal de Contas, determino:

Por conveniência de serviço público, é Cristo António exonerado do cargo de Director-Adjunto do Gabinete do Venerando Juiz Conselheiro Presidente, para o qual havia sido nomeado, em comissão de serviço, por Despacho Interno n.º 000079/GPTC/09, de 13 de Outubro.

Este Despacho entra em vigor a partir desta data.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Julho de 2018.

A Juíza Conselheira Presidente, *Exalquina Gambôa*.

Considerando que tais práticas violam os direitos patrimoniais dos legítimos proprietários e põem em risco o bem sublime que é a vida;

Convindo tomar medidas destinadas a mitigar a ocorrência de furtos e roubos de veículos automóveis e motorizadas no território nacional;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 21.º do Decreto Presidencial n.º 62/14, de 12 de Março, que aprova a revisão do Regulamento sobre a Actividade de Importação, Comércio e Assistência Técnica de Equipamentos Rodoviários, os Ministros do Comércio, do Interior e dos Transportes determinam:

ARTIGO 1.º
(Objecto)

É proibido o exercício de venda de peças sobressalentes de veículos automóveis e motorizadas fora dos estabelecimentos comerciais autorizados, a partir da data da publicação do presente Decreto-Executivo Conjunto.

ARTIGO 2.º
(Âmbito de aplicação)

O presente Decreto Executivo Conjunto é aplicável em todo o território nacional nas seguintes áreas:

- a) Concessionárias;
- b) Lojas de venda de acessórios de veículos automóveis e motorizadas;
- c) Mercados em que se vendem acessórios de veículos automóveis, motorizadas, e/ou oficinas de assistência técnica.

ARTIGO 3.º
(Fiscalização e execução)

A fiscalização e a execução do que contém o presente Decreto Executivo Conjunto são incumbidas às áreas competentes dos Ministérios do Comércio, Interior e dos Transportes.

ARTIGO 4.º
(Prática de actos)

A prática dos actos previsto no artigo anterior deve incidir sobre o seguinte:

- a) Existência de documentos idóneos que habilitem ao exercício de comércio de acessórios de veículos automóveis e motorizadas;
- b) Fonte de aquisição dos acessórios dos veículos automóveis e motorizadas;
- c) Documentos dos veículos ou motorizadas que se encontram a ser reparados;
- d) Condições de trabalho, de higiene, de segurança e de salubridade das instalações laborais;
- e) Outras questões que se entende importantes para a prevenção de furto ou roubo de veículos automóveis e motorizadas, nomeadamente, o não comprovativo da proveniência dos acessórios por parte do comerciante, a identificação do proprietário do veículo ou motorizada, entre outros.

ARTIGO 5.º
(Normas subsidiárias)

As disposições do presente Decreto Executivo Conjunto são aplicáveis em conformidade com o previsto no Decreto Presidencial n.º 62/14, de 12 de Março, que aprova o Regulamento sobre a Actividade de Importação, Comércio e Assistência a Equipamentos Rodoviários.

ARTIGO 6.º
(Sanção)

As medidas sancionatórias são as previstas no Regulamento sobre a Actividade de Importação, Comércio e Assistência Técnica a Equipamentos Rodoviários, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 62/14, de 12 de Março, sem prejuízo da responsabilidade penal.

ARTIGO 7.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que se suscitarem na interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo Conjunto são resolvidas pelos Ministros do Comércio, Interior e dos transportes.

ARTIGO 8.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo Conjunto entra em vigor trinta dias após a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 9 Julho de 2018.

O Ministro do Interior, *Ângelo de Barros Veiga Távares*.

O Ministro do Comércio, *Jofre Van-Dúnem Júnior*.

O Ministro dos Transportes, *Ricardo Daniel Sandão Queirós Viegas de Abreu*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

Decreto Executivo n.º 256/18 de 17 de Julho

Havendo necessidade de se dotar o Conselho de Direcção do Ministério da Agricultura e Florestas do respectivo Regimento Interno;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, conjugado com o artigo 40.º do Decreto Presidencial n.º 15/18, de 25 de Janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura e Florestas, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regimento Interno do Conselho de Direcção do Ministério da Agricultura e Florestas, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Agricultura e Florestas.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Julho de 2018.

O Ministro, *Marcos Alexandre Nhunga*.

REGIMENTO INTERNO
DO CONSELHO DE DIRECÇÃO

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Definição)

O Conselho de Direcção é órgão de consulta periódica do Ministro da Agricultura e Florestas, ao qual cabe apoiar o Ministro na coordenação das actividades dos diversos serviços.

ARTIGO 2.º
(Composição)

1. O Conselho de Direcção é convocado e presidido pelo Ministro da Agricultura e Florestas e tem a seguinte composição:

- a) Secretários de Estado;
- b) Directores Nacionais e equiparados.

2. Sempre que os assuntos em análise o exijam, o Ministro da Agricultura e Florestas pode convidar outras entidades para participar no Conselho de Direcção como convidados, dentre os quais Directores Gerais e Presidentes do Conselho de Administração de organismos e empresas sob sua superintendência.

3. Em caso de ausência ou impedimento de um membro do Conselho de Direcção, o mesmo é representado por quem no momento esteja a exercer as funções inerentes ao cargo que exerce o ausente ou impedido ou, não havendo por quem seja indicado pelo Ministro da Agricultura e Florestas.

4. O Conselho de Direcção reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Ministro.

ARTIGO 3.º
(Competências)

Ao Conselho de Direcção compete:

- a) Avaliar a actividade dos órgãos e serviços do Ministério;
- b) Avaliar o desempenho das empresas do Sector e dos órgãos superintendidos;
- c) Pronunciar-se sobre as questões da política geral e organização interna do Ministério;
- d) Pronunciar-se sobre questões práticas que, pela sua importância, tenham influência no bom funcionamento dos serviços do Ministério da Agricultura e Florestas;
- e) Pronunciar-se sobre os projectos do Sector;
- f) Acompanhar e avaliar a execução dos programas dos diversos órgãos e serviços do Sector.

ARTIGO 4.º
(Periodicidade das sessões)

1. O Conselho de Direcção reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias, segundo agenda adoptada pelo Ministro da Agricultura e Florestas, e extraordinária sempre que as circunstâncias o justifiquem.

2. Em caso de emergente necessidade, os Secretários de Estado e os distintos membros do Conselho de Direcção podem propor ao Ministro a realização de sessões extraordinárias, desde que as propostas sejam antecipadamente apresentadas, fundamentadas e acompanhadas dos respectivos elementos de suporte.

ARTIGO 5.º
(Agenda e convocatória)

1. As sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Direcção são convocadas pelo Ministro da Agricultura e Florestas com uma antecedência mínima de sete e cinco dias, respectivamente, salvo em caso de justificada urgência.

2. O Ministro da Agricultura e Florestas orienta o respectivo Gabinete a elaboração do projecto de agenda de trabalho de acordo com a prioridade das questões que estabelecer, tendo por base as suas superiores instruções.

3. As convocatórias são distribuídas aos membros do Conselho de Direcção acompanhadas dos documentos agendados e das respectivas sínteses ou notas explicativas.

ARTIGO 6.º
(Duração das Sessões)

1. As sessões do Conselho de Direcção têm a duração de cinco horas, com início às 10 horas e término às 15h00 min.

2. Todos os assuntos da agenda, cuja apreciação não se esgote no período de tempo a que se refere o número anterior, são remetidos a uma sessão posterior.

ARTIGO 7.º
(Direitos e Deveres)

1. Os membros ou participantes do Conselho de Direcção têm os direitos de receber a convocatória e a documentação a ser discutida no Conselho com a devida antecedência.

2. Os membros ou participantes do Conselho de Direcção têm os deveres seguintes:

- a) Prestar ao Conselho de Direcção, com verdade, precisão e segurança, todas as informações que lhe forem solicitadas e participar activamente das sessões;
- b) Guardar sigilo sobre todos os assuntos tratados e deliberados em cada sessão, desde que, por lei ou por determinação superior, não sejam expressamente autorizados a revelá-las.

ARTIGO 8.º
(Secretariado)

1. Em cada sessão do Conselho de Direcção deve funcionar um Secretariado encarregue, nomeadamente de:

- a) Efectuar a triagem da documentação atinente aos assuntos agendados e assegurar a sua distribuição antecipada em anexo à convocatória;

- b) Organizar e apoiar a sessão nos domínios técnicos e administrativo, incluindo a prestação de todas as informações que lhe sejam solicitadas;
- c) Assegurar a elaboração e a distribuição no fim da sessão, da síntese dos assuntos tratados e respectivas recomendações;
- d) Assegurar a elaboração e distribuição da acta no prazo de 72 horas a contar do fim de cada sessão;
- e) Realizar as demais tarefas que lhes sejam incumbidas pelo Ministro da Agricultura e Florestas ou seu substituto.

2. O Secretariado é coordenado pelo Director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa e coadjuvado pelo Gabinete do Ministro da Agricultura e Florestas.

3. Os membros do Secretariado assistem as reuniões do Conselho de Direcção, sem direito a voto nem palavra, salvo quando solicitados pelo presidente da sessão.

ARTIGO 9.º

(Apresentação e discussão de documentos)

1. Os projectos de documentos de trabalho são apresentados para discussão em tempo não superior a 10 minutos, por meio de relatório oral ou escrito, que os fundamente.

2. O tempo de apresentação previsto no número anterior só deve exceder, cinco minutos, em caso de circunstâncias ponderosas e por autorização do presidente da sessão.

3. A discussão tem início com a cedência da palavra a cada participante, de acordo com a ordem de inscrição, não devendo cada intervenção exceder três minutos, salvo permissão em contrário do presidente da sessão, consoante o impacto do assunto a abordar e a extensão da agenda de trabalhos.

ARTIGO 10.º

(Responsabilidade por incumprimento)

1. O poder disciplinar, no âmbito do Conselho de Direcção é exercido pelo presidente da sessão.

2. O não cumprimento dos deveres enumerados no artigo 7.º do presente Regimento constitui infracção disciplinar passível de procedimento correspondente, nos termos da legislação aplicável.

ARTIGO 11.º

(Decisões)

1. As decisões aprovadas assumem a forma de recomendação, com carácter vinculativo à todos os membros quer estejam ou não presentes.

2. Sempre que não se obtenha consenso procede-se à votação, valendo a decisão por voto favorável da maioria simples dos presentes à sessão.

3. O Ministro ou seu substituto tem voto de qualidade.

4. As recomendações devem constar das actas das sessões em que sejam aprovadas.

ARTIGO 12.º

(Justificação de faltas)

1. As faltas dos membros ou convidados às sessões do Conselho de Direcção devem ser devidamente justificadas, devendo o pedido ser apresentado por escrito ao Ministro da

Agricultura e Florestas, por intermédio do Secretariado deste órgão consultivo, com a indicação do respectivo representante.

2. Para feitos do número anterior, em caso de falta por motivo imprevisível, a justificação deve ser apresentada por meios de comunicação convencionados, imediatamente depois de ultrapassadas as causas originárias da ausência.

ARTIGO 13.º

(Quórum)

1. O Conselho de Direcção reúne-se com a presença da maioria simples dos respectivos membros em pleno gozo dos seus direitos.

2. No caso em que não haja quórum suficiente e a agenda de trabalho o aconselhe, pode a mesma ser adiada por uma única vez.

ARTIGO 14.º

(Comissão interdisciplinar)

Sempre que se revele necessário e a natureza interdisciplinar das questões o aconselhe, podem ser criadas Comissões «ad-hoc» de membros do Conselho de Direcção para estudos e apresentação de pareceres sobre assuntos de carácter urgente que tenham de ser decididos por este órgão consultivo.

O Ministro, *Marcos Alexandre Nhunga*.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA

Aviso n.º 5/18

de 17 de Julho

Havendo necessidade de se actualizar a regulamentação em vigor no Banco Nacional de Angola, tendo como referência a Lei n.º 5/97, de 27 de Junho — Lei Cambial, no que se refere às Normas sobre as Operações Cambiais de Mercadoria;

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 75/17, de 7 de Abril, regula os procedimentos administrativos a observar no licenciamento de importações e exportações de mercadoria, assim como atribui competência ao Banco Nacional de Angola para definir em diploma próprio as modalidades de liquidação cambial;

Ao abrigo das disposições combinadas do n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 5/97, de 27 de Junho, e do artigo 40.º da Lei n.º 16/10, de 15 de Julho — Lei do Banco Nacional de Angola, determino:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

SECÇÃO I

Objecto, Âmbito e Definições

ARTIGO 1.º

(Objecto)

O presente Aviso estabelece as regras e os procedimentos a observar na realização de operações cambiais destinadas à liquidação de importações e exportações de mercadoria na República de Angola.